de Waldemar Pereira Brito e de Julieta Aparecida Durigam Brito, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 11 de Julho de 1975, casado, regime desconhecido, titular da identificação fiscal n.º 231543379, titular do passaporte n.º Cm-907403, com domicílio na Rua Eugénio dos Santos, 11, 2-B, Reboleira, 2720-226 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 18 de Dezembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Gomes Coelho*. — A Escrivã-Adjunta, *Alexandra Maio Pereira*.

Anúncio n.º 3910-JG/2007

A Dr.ª Maria da Conceição Gomes Coelho, juíza de direito da 3.ª secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2171/02.2PSSLB, pendente neste Tribunal contra o arguido Pedro Paulo Correia Guerreiro, filho de Jaime de Oliveira Guerreiro e de Maria Alice Madeira Correia de Oliveira Guerreiro, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Março de 1969, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8428183, com domicílio na Rua de Entrecampos, 54, 2.º esquerdo, Alvalade, 1700-159 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de coacção na forma tentada, previsto e punido pelo artigo 154.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, praticado em 5 de Novembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Gomes Coelho*. — A Escrivã-Adjunta, *Alexandra Maio Pereira*.

Anúncio n.º 3910-JH/2007

A Dr.ª Maria Isabel Sesifredo Benvinda, juíza de direito da 2.ª secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 13245/03.2TDLB, pendente neste Tribunal contra o arguido Dário Filipe Ferreira Rodrigues, filho de Alfredo José Ferreira Rodrigues e de Maria Fernanda de Oliveira Ferreira Rodrigues, natural de Portugal, Lisboa, São Jorge de Arroios, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Junho de 1981, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12165343, com domicílio na Rua Principal Arneiro, Vivenda Maria Manuela, Arneiro, 2775 Carcavelos, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticados em 20 de Julho de 2003 e 28 de Julho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 10 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

11 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Isabel Sesifredo Benvinda*. — O Escrivão Auxiliar, *Jorge Dias*.

Anúncio n.º 3910-JI/2007

A Dr.ª Maria Isabel Sesifredo Benvinda, juíza de direito da 2.ª secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 14756/02.2TDLB, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Henrique Molina Marília, filho de Manuel Henrique Marília e de Maria Esmeralda Molina, natural de Portugal, Olhão, Fuseta, Olhão, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Agosto de 1972, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10697054, com domicílio na Praceta Almeida Garrett, 97, rés-do-chão direito, Valadares, 4405-932 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência qualificada (estupefacientes), previsto e punido pelo artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 21 de Janeiro de 2002, por despacho de 15 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo se ter apresentado.

15 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Isabel Sesifredo Benvinda*. — O Escrivão Auxiliar, *Jorge Dias*.

Anúncio n.º 3910-JJ/2007

A Dr.ª Maria Isabel Sesifredo Benvinda, juíza de direito da 2.ª secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1623/04.4SFLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Chabuki Gogsadze, filho de Revaz Gogsadze e de Mzia Gogsadze, natural da Geórgia, de nacionalidade georgiana, nascido em 14 de Janeiro de 1980, solteiro, com autorização de residência n.º 477609, titular do passaporte n.º 908563, com domicílio na Praceta João Gonçalves Zarco, lote 32, 5.º esquerdo, 2580-484 Carregado, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 24 de Outubro de 2004, por despacho de 15 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo se ter apresentado.

15 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Isabel Sesifredo Benvinda*. — O Escrivão Auxiliar, *Jorge Dias*.

Anúncio n.º 3910-JL/2007

A Dr.ª Maria da Conceição Gomes Coelho, juíza de direito da 3.ª secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1162/03.0PEAMD, pendente neste Tribunal contra o arguido Pedro Costa Chantre, filho de Manuel dos Reis Chantre e de Joana Baptista Costa, natural de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 29 de Outubro de 1965, solteiro, servente da construção civil, titular do bilhete de identidade n.º 16042256, com domicílio na Rua São José, lote, 13, rés-do-chão esquerdo, Bairro do Zambujal, Buraca, 2720-762 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de resistência e coacção sobre funcionário, previsto e punido pelo artigo 347.º do Código Penal, praticado em 28 de Agosto de 2003, por despacho de 11 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

16 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Gomes Coelho*. — A Escrivã-Adjunta, *Alexandra Maio Pereira*.

Anúncio n.º 3910-JM/2007

A Dr.ª Maria Isabel Sesifredo Benvinda, juíza de direito da 2.ª secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1229/01.0SILB, pendente neste Tribunal contra o arguido Adurame Djaló, filho de Mário Adulai Djaló e de Cadijatu Iassi Djaló, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Dezembro de 1975, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12284980, com domicílio na Rua Eng. Lúcio de Azevedo, 26, 5.º-C, Casal S. Brás, 2700 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 10 de Julho de 2002, por despacho de 4 de Maio de 2007,